

O ‘pensar com’ decolonial e a práxis ético-política no Serviço Social

The decolonial ‘thinking with’ and ethical-political práxis in Social Service

Valentina Coelho de Souza Ferreira¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Campus de Francisco Beltrão-Paraná, 85819-110, Brasil

Resumo: Este artigo discute o Serviço Social a partir da perspectiva decolonial do “pensar com”, em detrimento do “pensar sobre”, ressaltando a importância da escuta e da coprodução do conhecimento junto às populações atendidas e suas oralidades. Se baseia em uma análise qualitativa e revisão bibliográfica, articulando as experiências da autora enquanto assistente social pesquisadora. O artigo evidencia a necessidade de práticas horizontalizadas e inclusivas, reconhecendo as pessoas enquanto protagonistas de suas próprias histórias, vidas e cotidianidades. Os resultados indicam que essa abordagem favorece a criação coletiva de estratégias, portanto, mais voltadas às reais necessidades dos usuários, fortalecendo vínculos e potencializando ações. Demonstra o “pensar com” não apenas como metodologia para o trabalho profissional, mas também como uma postura ética e crítica, reafirmando o compromisso da profissão com os direitos humanos, com os processos emancipatórios, com a construção de uma nova ordem societária e com a radicalização da democracia.

Palavras-chave: Decolonialidade; oralidades; práxis; Serviço Social.

Abstract: This article discusses Social Service from the decolonial perspective of "thinking with" rather than "thinking about," emphasizing the importance of listening to and co-producing knowledge with the populations served and their orality. It is based on a qualitative analysis and literature review, articulating the author's experiences as a social worker researcher. The article highlights the need for horizontal and inclusive practices, recognizing people as protagonists of their own stories, lives, and daily lives. The results indicate that this approach favors the collective creation of strategies, therefore, more focused on the real needs of users, strengthening bonds and enhancing actions. It demonstrates "thinking with" not only as a methodology for professional work, but also as an ethical and critical stance, reaffirming the profession's commitment to human rights, emancipatory processes, the construction of a new societal order, and the radicalization of democracy.

Keywords: Decoloniality; oralities; práxis; Social Service.

¹ Assistente Social. Mestra em Geografia. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9030-729X>. E-mail: valentinacsfl@gmail.com.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

1. Introdução

Este artigo foi redigido com muito cuidado para traduzir minhas experiências enquanto Assistente Social pesquisadora das relações étnico-raciais. Articula os resultados da minha pesquisa de Dissertação de Mestrado em Geografia com as transformações que tive neste processo de mais de dois anos, tentando demonstrar a importância da escolha metodológica ética do “pesquisar com” ao invés do “pesquisar sobre”.

Apresentar esta escolha metodológica ao Serviço Social é de grande valia se levar em consideração o Código de Ética da profissão no que diz respeito ao “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Brasil, 2012).

Garantir a participação dos grupos socialmente discriminados não é simplesmente “dar voz” a eles, mas realmente escutar aquilo que querem dizer e afastar o olhar de abstração, preconizando, então, “pensar com” as pessoas, desenvolvendo um “conhecimento com” elas (Porto-Gonçalves, 2008), diminuindo a tensão entre o lugar de quem vive e o lugar de quem, estando de fora, tenta mostrar e entender aquilo que vê.

Esse conhecimento compartilhado se constrói, também, pela valorização das memórias e oralidades das pessoas, compreendidas como fontes legítimas de saber e como práticas que preservam histórias e experiências invisibilizadas pela colonialidade.

Esta escolha se traduz em um posicionamento que descola a centralidade da pesquisa e do trabalho social para a real coparticipação, com interações recíprocas e de valorização das memórias, das oralidades e, também, das subjetividades. Entende que as metodologias de escuta e de diálogo não são secundárias, mas fundamentais para o entendimento da realidade, sempre lembrando dos rigores metodológicos e analíticos que cada método/metodologia requisita.

O Serviço Social brasileiro, que tem seu projeto ético-político consolidado especialmente a partir da década de 1990, se fundamenta na defesa dos direitos humanos, da democracia e a valorização da participação popular dos grupos socialmente discriminados (Brasil, 2012). Por isso, são necessárias à profissão práticas que rompam com modelos verticalizados de intervenção e de



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

produção do conhecimento, pautados na abstração, assumindo a necessidade da horizontalização, da escuta e da construção coletiva de alternativas frente às expressões da questão social.

Reconhecer a importância deste exercício também elucida a Dimensão Educativa da profissão, que deve ser feita em uma real troca entre pessoas, não apenas repasse de informações de uma a outra, visto que

[...] é inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade (Abreu; Cardoso, 2009, p. 3).

Por isso, este artigo tem como objetivo aproximar o debate metodológico e epistemológico que propõe o “pensar com” e o “pesquisar com” em oposição ao “pesquisar sobre”. Mais do que uma escolha teórico-metodológica e, de certo modo, técnico-operativa, essa postura implica uma opção ética, pautada na ética relacional (Depraz, 2005), compreendendo que as pessoas não são meros objetos de estudo, mas coautoras do processo analítico, entendendo que toda análise ou material produzido pelo (a) profissional de Serviço Social, deve ser um material produzido a partir da relação entre as pessoas, na troca de informações e na escuta.

A seguir será explicada a metodologia que orientou o trabalho, seguida dos resultados e discussões, que versam sobre a importância da escuta para o trabalho profissional, a análise teórico-metodológica da profissão e a proposição do “pensar com” enquanto perspectiva teórica, metodológica, ética, política, técnica e operativa. Por fim são apresentadas as considerações finais e referências.

2. Metodologia

Este artigo tem caráter qualitativo e teórico-reflexivo e foi construído a partir de dois pontos principais, o primeiro de revisão bibliográfica sobre o projeto ético-político do Serviço Social, sua relação com a escuta e as contribuições de autoras e autores que pensam a decolonialidade.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

Segundo a articulação entre a leitura do Serviço Social enquanto profissão e a perspectiva do “pensar com” decolonial, tendo como base as pesquisas qualitativas desenvolvidas junto a uma comunidade quilombola durante o período de mestrado da autora, pautadas nas oralidades e nas memórias.

Nesta linha, privilegia-se o uso de histórias de vida, narrativas orais e memórias coletivas como instrumentos metodológicos de absorção de informações (Portelli, 1997), reconhecendo que a oralidade constitui não apenas uma técnica de coleta de dados, mas uma epistemologia decolonial que entende os sujeitos como produtores de conhecimento e de ciência.

É imperativo iniciar a discussão deixando nítido que a escrita em primeira pessoa deverá estar presente, visto que enfatiza a experiência que pretendo transmitir enquanto pesquisadora das ciências sociais e humanas, muitas vezes pautadas pelas subjetividades científicas.

3. Para a discussão

O Serviço Social, enquanto profissão historicamente vinculada à defesa de direitos, tem como fundamento o compromisso com a escuta das demandas sociais. Neste sentido, é importante que escutar não seja apenas uma etapa do atendimento, mas uma prática ético-política que reconhece que o usuário e suas vivências precisam ser legitimados.

Portanto, a escuta se coloca como mediação para compreender as múltiplas dimensões da questão social (Sanches; Silva, 2019) e construir, a partir da realidade concreta, estratégias que dialoguem com os interesses das pessoas atendidas. Esse compromisso com a escuta implica romper com posturas tecnicistas que reduzem o atendimento social a registros e encaminhamentos.

A escuta no Serviço Social deve ser acolhedora, atenda e, principalmente, crítica, capaz de captar tanto as expressões objetivas da desigualdade (como desemprego, fome, racismo, violência) quanto os aspectos subjetivos das vivências dos sujeitos (Sanches; Silva, 2019).

Nessa dimensão, a escuta também se revela como prática de preservação de memórias e narrativas orais, permitindo que experiências individuais e coletivas, muitas vezes silenciadas nos registros oficiais, ganhem espaço no processo de intervenção profissional.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

Dessa forma, o (a) profissional não apenas identifica necessidades imediatas, mas também compreende os processos estruturais que atravessam a vida dos usuários e usuárias e, assim, possibilita uma ação mais ampliada, continuada e menos focalizada.

Ao exercitar a escuta, o Serviço Social reafirma a inseparabilidade entre teoria e prática, pois não se trata de ouvir de forma passiva, mas de interpretar criticamente (Sanches; Silva, 2019) e devolver aos usuários a possibilidade de análise de sua própria realidade.

Essa postura dialoga com metodologias participativas e com o princípio do “pensar com”, que propõe a construção conjunta de alternativas, em vez da imposição de soluções. A escuta, nesse sentido, é prática de resistência (Cress – MA, 2021) frente às tendências neoliberais que fragmentam os vínculos sociais e desresponsabilizam o Estado de muitas coisas.

Escutar permite reconhecer as vozes historicamente silenciadas, legitimar suas narrativas e construir pontes reais para a efetivação de direitos. Esse compromisso, orientado pelo projeto ético-político da profissão, reafirma a centralidade da justiça social, da equidade e da dignidade como princípios norteadores da intervenção profissional (Cress – RJ, 2013).

3.1 O debate metodológico e epistemológico do Serviço Social brasileiro

Dessa feita, o debate metodológico e epistemológico no Serviço Social brasileiro esteve, em sua consolidação, vinculado ao esforço de colocar a profissão como campo de produção de conhecimento crítico, articulado às ciências sociais e à tradição marxista (Aguiar, 1995).

Durante o Movimento de Reconceituação, entre as décadas de 1960 e 1980, a profissão buscou superar sua origem conservadora e funcionalista, orientando-se para uma análise estrutural da questão social e para a defesa de um projeto profissional crítico (Aguiar, 1995).

Nesse contexto, de acordo com Aguiar (1995) a epistemologia predominantemente adotada pela profissão foi aquela vinculada à tradição ocidental europeia, vinculada a era moderna, com ênfase na teoria social crítica de matriz marxista/marxiana.

Essa escolha epistemológica foi fundamental para a construção do projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que permitiu compreender as expressões da questão social em sua vinculação com a exploração do capital e com as relações de classe.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

No entanto, essa mesma opção produziu uma base teórica que se manteve pouco aberta a outras vertentes, como as epistemologias produzidas por populações racializadas, colonizadas e do Sul Global². Em grande parte, a formação acadêmica e os referenciais utilizados na profissão ainda se centram em autores (as) europeus e norte-americanos (Reisdorfer, 2013).

As epistemologias do Sul Global, também Decoloniais³, expandidas por autoras negras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, questionam a exclusão histórica de saberes produzidos nas margens da sociedade. Elas reivindicam o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos e visões que emergem dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e entre outros.

No entanto, esses referenciais ainda não integram de forma sistemática a base epistemológica do Serviço Social em diversos cursos de formação, permanecendo mais como bibliografias complementares, e não como fundamentos centrais da profissão.

No caso do curso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão, que possui em seu Projeto Político-Pedagógico, no setor de recursos bibliográficos, 115 obras, pode se identificar apenas, aproximadamente, 19 que sejam de base decolonial, como Lélia Gonzalez; Ângela Davis; Franz Fanon; Clóvis Moura; Adias do Nascimento; Cristiane de Souza; Mário Theodoro; Sílvio Almeida; Dirce Koga; Cida Bento; Maria Helena Elpídio; Márcia Eurico; Morgan Morgado; Tania Muller; Letícia Nascimento e em, certa medida, Losurdo e Jessé Souza, representando 12,2% do total.

A pouca presença das Epistemologias do Sul na formação e no debate epistemológico do Serviço Social brasileiro e latino-americano revela o desafio de ampliar as fronteiras daquilo que sustenta a profissão, incorporando vozes e saberes historicamente marginalizados, aqueles com os quais o (a) profissional trabalha diariamente.

Entre esses saberes, destacam-se as memórias coletivas e as tradições orais, que constituem fontes de análise fundamentais para compreender a questão social a partir das perspectivas das populações vulnerabilizadas.

² Historicamente, o “Sul Global” tem sido associado a partes do mundo marginalizadas socialmente, que enfrentaram a colonialidade.

³ A decolonialidade é um caminho para desconstruir padrões e conceitos impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos de produção científica baseada na Europa moderna, valorizando saberes produzidos por estes povos.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

Isso não significa abandonar a tradição crítica que fundamenta o projeto ético-político, mas reconhecer que a crítica à modernidade e ao capitalismo também deve ser feita a partir das experiências concretas de resistência das populações do Sul Global.

Incorporar tais epistemologias pode fortalecer a práxis profissional, tornando-a ainda mais comprometida com a pluralidade de sujeitos, com a justiça social e com a luta contra todas as formas de opressão.

3.2 A proposição do “pensar com”

Por conseguinte, a proposição da perspectiva do “pensar com” ao Serviço Social representa uma possibilidade de aprofundar a dimensão ético-política da profissão, aliada as questões teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Trata-se de compreender que a intervenção profissional não deve ser construída “sobre” as pessoas/grupos, mas “com” elas, reconhecendo como protagonistas na elaboração de respostas às expressões da questão social que atravessam suas vidas.

A perspectiva do “pensar com” não nasce como um conceito fechado dentro de uma única perspectiva, mas é fruto de um movimento mais amplo que questiona a pesquisa e a intervenção verticalizada em diversos âmbitos.

Está nas análises das pesquisas qualitativas e nas metodologias participativas com Antoinette Errante (2000), Lucília Delgado (2003) e Maria Cecília Minayo (2012), que discutem a relevância do diálogo, da história oral e da construção coletiva de conhecimento enquanto metodologias válidas para a pesquisa.

Também está na Educação Popular Paulofreiriana, de ensinar e aprender de forma horizontal, reconhecendo o saber popular como ponto de partida. Está na produção de intelectuais negras e decoloniais, como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003), já apontadas acima, trazendo o “pensar com” enquanto ato político necessário para o enfrentamento de desigualdades estruturais.

Minha primeira aproximação com o termo “pensar com” veio das análises que desenvolvi para minha pesquisa de Mestrado com mulheres quilombolas, análises estas que rechaçam aquela pesquisa que apenas retira informações dos grupos sem construir vínculos e diálogos profundos, e



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

que desenvolve intensas idas a campo, com horas e horas, dias e dias de conversas (como discute Alex Ratts - 2003 e outros intelectuais como Carlos Walter Porto-Gonçalves - 2008).

Introduzir o “pensar com” na prática profissional significa reafirmar a escuta e o diálogo, mas também uma postura metodológica e epistemológica que reconhece a legitimidade dos saberes produzidos pelas classes trabalhadoras, pelos povos e comunidades tradicionais e pelas populações historicamente vulnerabilizadas⁴.

O “pensar com” desloca o (a) assistente social da posição de quem detém o saber, para uma posição de mediador (a) que constrói em conjunto estratégias de resistência e transformação durante o exercício da Dimensão Educativa e Propositiva da profissão.

Neste sentido, uma das dimensões centrais da profissão é a produção de documentos e relatórios que registram, subsidiam e orientam as situações. Entretanto, a forma como esses registros são elaborados e utilizados carrega implicações éticas, políticas e metodológicas (Cress – RJ, 2013).

Então, a prática de compartilhar a escrita dos documentos com as pessoas atendidas e perguntar se aquilo que foi redigido corresponde a sua realidade é uma estratégia fundamental de fortalecimento do vínculo e de “trabalhar com” os indivíduos/grupos e não “sobre” eles.

Portanto, propor o “pensar com” ao Serviço Social é reafirmar a práxis e a importância da vida cotidiana. É compreender que o exercício profissional se fortalece na horizontalidade e que o conhecimento não está somente na academia, mas também nos territórios, nas práticas comunitárias e nas experiências de vida.

Para o Serviço Social esta perspectiva desafia práticas tecnicistas e burocratizadas que ainda marcam a atuação profissional (Farage, 2023), aproximando a profissão de metodologias participativas, como oficinas de planejamento coletivo e diagnósticos participativos.

Outra contribuição que se pode citar é a superação da lógica da intervenção sobre os sujeitos, ainda presente em alguns contextos institucionais (Farage, 2023), buscando romper com o paternalismo, reafirmando a prática profissional como processo dialógico e construtivo (Farage, 2023). Assim, a perspectiva não é apenas metodológica, mas também e, principalmente, política.

⁴ Importante trazer a perspectiva do “vulnerabilizado”, que indica uma condição de construção da vulnerabilidade a partir de um sistema de opressão, e não “vulnerável”, que indica uma condição de natureza e de essência.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

Também pode ser um desafio pois propõe um regime temporal diferente do comum das instituições de trabalho, o que necessita, muitas vezes, um diálogo profundo com as gestões, pois deve ser um tempo marcado pela convivência, pela troca e pela construção da confiança.

O “pensar com” também legitima a oralidade, a memória e as narrativas como fonte de informação, algo que, muitas vezes, é colocado em segundo plano frente aos registros escritos, documentados e “oficiais” (Errante, 2000).

Já no que diz respeito às pessoas atendidas, uma primeira contribuição às classes que demandam os serviços do (a) assistente social é o reconhecimento como produtores de conhecimento e não apenas receptores de serviços ou objetos de estudo, importante para grupos historicamente tratados como apenas recebedores de políticas/benefícios e não como coautores delas, essa mudança significa uma inversão de poder epistêmico, como bem aponta Carneiro (2003).

Além disso, pode se citar o fortalecimento do poder político e comunitário das populações, não limitando o fazer profissional apenas a resolver demandas imediatas, mas sim a favorecer processos de organização e mobilização. Ainda, quando a profissão se aproxima do cotidiano, pode contribuir para fortalecimento dos territórios e das famílias/grupos frente às diversas ameaças do capital e da colonialidade.

Importante citar que se aproximar desta perspectiva não traz apenas mudanças à profissão e aos usuários, mas também ao (a) profissional que está atuando. Uma primeira contribuição é o que se chama de deslocamento das certezas (Fróis, 2004), em que a pessoa se coloca em um local de permanente processo de aprendizagem, ponto-chave em um mundo de contradições e metamorfoses em que se vive.

Abaixo deixo uma passagem da minha dissertação de mestrado que traduz perfeitamente esta transformação me atravessou enquanto pessoa que decidiu “pesquisar com” e não “pesquisar sobre”, na linha das mulheres quilombolas, focos do então estudo.

“Passei por um momento de tensão durante estes dois anos de pesquisa. Após as idas a campo percebi que precisava reformular conceitos que estavam enraizados na minha mente, como os conceitos de identidade e tradição. Percebi que eles não poderiam ser aplicados da mesma forma para quaisquer grupos, mesmo aqueles tidos como “tradicionais”.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

Tive uma inquietação pensando que as minhas perguntas não foram, de alguma maneira, as melhores para captar meus objetivos, visto que não obtive respostas que expressavam por exemplo, as religiões e festas de matrizes africanas e outras características culturais que remontam diretamente africanidades, que muitas vezes são aquelas tidas como a personificação ou a exotização do que é ser descendente de pessoas africanas.

Lendo uma das passagens de Errante (2000), em que ela menciona que se as histórias orais não pareciam captar as experiências que ela pensava que podiam era, em parte, porque ela estava esperando que narrassem algo que não foi narrado, entendi que a escolha metodológica não foi equivocada, mas sim que a representação de uma ideia prévia sobre o grupo foi o ponto que me causou a tensão.

Foi a falta de entendimento de que um grupo pode ser tradicional e quilombola mesmo que mencione apenas manifestações culturais do catolicismo, por exemplo. Foi a lacuna entre entender o que é tradição e que ela não precisa, necessariamente, ser algo mantido por antepassados de tempos muito longínquos.

De início, percebi que as identidades construídas são múltiplas. Dois grupos podem se identificar enquanto quilombolas, mas as formas pelas quais essa identificação foi construída e como é mantida diferem enormemente entre eles.

Portanto, não se pode cair em um essencialismo identitário, em que se delimita uma categoria natural e fixa aos grupos pesquisados. As inquietações que tive foram resultado desse essencialismo prévio, em que imaginei para a comunidade uma herança de prática de costumes que não apareceram nas narrações (Ferreira, 2025, p. 70 e 71)”.
p. 70 e 71)”.

Dito isso, fica exposto que o “pensar com” pode produzir incômodos e desestabilizações. E que bom que os produzem. Ao se confrontar com esta ideia, o (a) profissional/pesquisador/pessoa (a) é forçado (a) a reconhecer seu próprio lugar enquanto ser que precisa aprender constantemente para não incorrer em erros, bem como reconhecer seus locais de privilégio em sistemas de opressão.

Ou seja, vivendo esta perspectiva, ninguém da tríade Profissão-Profissional-Usuário sai ileso, todos (as) são transformados (as) e suas identidades, suas crenças e até suas formas de existir no mundo são tensionadas. Portanto, o “pensar com” não se limita a uma metodologia, mas se constitui também como postura ética, política e humana.

3.3 Memórias, oralidades e a produção de conhecimento no Serviço Social

As memórias e oralidades ocupam lugar central na construção de epistemologias que se propõem a romper com o pensamento hegemônico. Elas se apresentam como práticas sociais e



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

culturais que possibilitam não apenas a preservação de experiências individuais e coletivas, mas também a criação de sentidos, de identidades e de estratégias de resistência frente às múltiplas formas de opressão.

No contexto do Serviço Social, marcado historicamente pelo desafio de articular teoria e prática de forma crítica, reconhecer a importância das memórias e das oralidades implica ampliar as fontes de conhecimento, indo além dos registros escritos e das análises tecnicistas e burocráticas.

De acordo com Errante (2000), a oralidade permite acessar modos de lembrar e narrar que não seguem necessariamente a lógica linear ou cronológica da história oficial. Ao contrário, a narrativa oral expressa sentimentos, subjetividades, silêncios e ênfases que revelam as formas pelas quais os sujeitos dão sentido às suas trajetórias (Errante, 2000).

Delgado (2003) reforça esse ponto ao destacar a história oral como metodologia que reconhece a pluralidade das experiências humanas, valorizando tanto as memórias individuais quanto as coletivas. Assim, memória e oralidade não devem ser compreendidas como meras fontes auxiliares de informação, mas como campos epistemológicos próprios (Delgado, 2003), fundamentais para compreender os modos de vida e de resistência dos grupos historicamente subalternizados.

Por sua vez, as metodologias que se ancoram nas oralidades também necessitam de certos rigores. De acordo com Cassab e Ruscheinsky (2004) alguns deles são a elaboração prévia do projeto com as ideias que se pretende captar, sendo um roteiro de conversa uma ótima ferramenta. Deve haver a explanação clara dos objetivos daquela pesquisa ou ação, para que o sujeito possa participar de forma plenamente consensual (Portelli, 1997).

Ainda, são necessários instrumentos para a coleta das informações, sendo as gravações de áudio muito potentes neste sentido (Cassab; Ruscheinsky, 2004), bem como diários de campo para captar, por exemplo, emoções, acontecimentos ao redor, entre outras coisas.

Dessa feita, a transcrição deve ser cuidadosa, preservando todos os aspectos, assim como a análise das narrativas, entendendo a subjetividade de cada pessoa, mas sabendo inserir na objetividade das questões sócio-históricas e estruturais que estão postas na sociedade.

No Brasil, a oralidade sempre ocupou papel estruturante nas comunidades negras, indígenas, quilombolas e camponesas, que, em muitos casos, tiveram a escrita negada como forma de expressão



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

e registro. Carneiro (2003) denuncia o apagamento sistemático das narrativas negras no espaço público e acadêmico, processo que está vinculado à colonialidade do saber e à lógica eurocêntrica de valorização quase exclusiva da escrita como forma legítima de conhecimento.

Nesse sentido, legitimar a oralidade no Serviço Social é também um gesto político: trata-se de enfrentar a hierarquia que inferioriza saberes não escritos, como se fossem menos válidos ou menos científicos, entendendo que a Dimensão Educativa da profissão não se dá em uma via de mão única.

As memórias coletivas, por sua vez, podem ser entendidas como espaços de resistência e de produção de identidade. Ricoeur (2007), ao refletir sobre memória, história e esquecimento, ressalta que a memória é sempre uma reconstrução, atravessada por disputas de significados e por relações de poder.

Para as classes vulnerabilizadas, lembrar é um ato político, que afirma existências frente ao silenciamento histórico. Lélia Gonzalez (2020) insiste na necessidade de reconhecer essas memórias como parte constitutiva da luta contra o racismo, o sexismo e a colonialidade.

No Serviço Social, isso significa compreender que cada relato, cada narrativa, cada memória compartilhada durante o atendimento ou a pesquisa carrega em si não apenas informações, mas a historicidade de um povo, de uma comunidade, de uma família, de uma pessoa.

Do ponto de vista metodológico, incorporar memórias e oralidades implica adotar estratégias de escuta sensível e horizontal, que vão além da coleta de dados. Minayo (2012) lembra que a pesquisa qualitativa, quando dialoga com a história oral, rompe com a rigidez dos questionários estruturados e abre espaço para a narrativa espontânea, na qual os sujeitos podem decidir o que é importante contar. Esse movimento é fundamental para o “pensar com”: não se trata de arrancar informações dos entrevistados, mas de construir, junto a eles, os sentidos do que está sendo narrado.

No cotidiano profissional, a valorização da memória e da oralidade desafia práticas tecnicistas ainda presentes no Serviço Social, como a ênfase exclusiva em relatórios escritos, em pareceres padronizados ou em avaliações superficiais.

Quando o (a) assistente social reconhece a oralidade como legítima, abre espaço para que usuários e usuárias se percebam como produtores de conhecimento. Esse reconhecimento promove



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

uma inversão do poder epistêmico, deslocando o profissional do lugar exclusivo de detentor do saber e conferindo protagonismo às pessoas atendidas.

Além disso, a valorização das memórias e oralidades contribui para o fortalecimento comunitário (Carneiro, 2003). Ao narrar suas histórias, os grupos reafirmam laços, atualizam tradições e constroem identidades coletivas.

Para o Serviço Social, isso significa compreender que cada intervenção é também um encontro com histórias, e que a escuta qualificada deve acolher essas narrativas como parte essencial da análise da questão social.

A aproximação com a oralidade também desloca a temporalidade do trabalho profissional. Escutar memórias exige tempo, paciência e disposição para conviver, o que muitas vezes entra em tensão com a lógica acelerada e burocrática das instituições.

Contudo, é nesse tempo que se constroem os vínculos de confiança necessários para uma práxis emancipatória. Como observa Fróis (2004), o deslocamento das certezas é condição para o aprendizado mútuo: ao escutar memórias, o (a) profissional se vê desafiado a revisar conceitos, expectativas e preconceitos, entrando em um processo de transformação pessoal e profissional.

Portanto, incorporar memórias e oralidades no Serviço Social não é apenas uma escolha metodológica, mas uma decisão ética e política. Significa reconhecer que as histórias de vida narradas pelos usuários carregam saberes que a academia muitas vezes ignora; significa, também, disputar o direito de lembrar e de contar, frente a projetos que tentam impor o esquecimento (Errante, 2000).

Ao legitimar a memória e a oralidade, o Serviço Social reafirma sua vinculação ao projeto ético-político comprometido com a emancipação das classes trabalhadoras e com a construção de uma nova ordem societária.

4. Considerações Finais

Diante do exposto, é importante frisar que o pensamento com os usuários diz respeito a não delegar às pessoas categoria de abstração ou de “objeto” e entender que, enquanto pesquisador (a) ou profissional,



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

aquilo que é observado, conhecido e conversado, está sobreposto de múltiplas relações que não se dão em um único sentido, mas que permitem uma real troca de informações e de experiências, em que as duas partes não são, necessariamente, partes distintas em uma relação vertical, mas sim horizontal, visto que aprendendo com as pessoas, ampliamos nosso conhecimento do mundo, como bem pontuou Ancieto Filho (2006) e podemos contribuir no mesmo sentido (Ferreira, 2025).

Nessa direção, a valorização das memórias e oralidades mostrou-se central para reafirmar a perspectiva do “pensar com”. Reconhecer as narrativas orais e as lembranças coletivas dos sujeitos como fontes de conhecimento significa disputar espaço frente ao apagamento histórico produzido pela colonialidade, que invisibilizou esses saberes em nome da escrita oficial.

A reflexão proposta permite concluir que o Serviço Social encontra na perspectiva do “pensar com/pesquisar com”, uma ferramenta de reafirmação de seu projeto ético-político compromissado com as classes vulnerabilizadas e com a transformação social, na proposição de um outro projeto societário diferente do que está posto.

Assim, mais do que uma metodologia, o “pensar com” deve ser um princípio orientador da prática profissional do Serviço Social, reafirmando seu papel na radicalização da democracia.

Isso significa reconhecer, também, o valor político das memórias e da oralidade como pilares de uma práxis emancipatória, reafirmando os usuários enquanto possuidores de conhecimento e protagonistas da construção de alternativas sociais.

Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

AGUIAR, Antonio. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social** – Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2012.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. In: **Biblos**, v. 16. Rio Grande do Sul: FURG, 2004.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

CRESS–MA. **Depoimento Especial e Escuta Especializada em debate no CFESS**. Maranhão: CRESS-MA, 2021.

CRESS-MG. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**: São Paulo, v. 49, n. 17, 2003.

DEPRAZ, Natalie. A ética relacional: uma prática de ressonância interpessoal. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF, v. 17, n. 2, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: tempo, memória e identidades. In: **História Oral**. Botafogo: Associação Brasileira de História Oral, 2003.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **Revista História Da Educação**. Rio Grande do Sul: Asphe, 2000.

FARAGE, Eblin. A conjuntura e o trabalho de assistentes sociais:: elementos para a construção da análise de conjuntura no cotidiano profissional. In: MG, Cress. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: Cress, 2023. p. 1-153.

FERREIRA, Valentina Coelho de Souza. **A participação das mulheres quilombolas na Comunidade Castorina Maria da Conceição (Palmas – Paraná)**. 2025. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2025.

FRÓIS, Katja Plotz. Uma breve história do fim das certezas ou o paradoxo de Janus. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 5, n. 63, 2004.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo negro latinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Revista Projeto História**, v. 14, São Paulo: PUCSP, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENNA, Ana Esther. **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Clasco, 2008. p. 37-53.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>

RATTS, Alecsandro. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

REISDÖRFER, Lara Aparecida Lissarassa. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANCHES, Natália; SILVA, Rafael Bianchi. **A escuta qualificada na assistência social: Da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar**. UEL: Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

Recebido em 30 de novembro de 2025.

Aprovado em 5 de dezembro 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268841, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268841>